

CARLOS ALEXANDRE SOUZA
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Fla x Flu da toga

No imbróglio da semana, chamou atenção a explícita participação de ministros do Supremo Tribunal Federal na escolha de um integrante para se juntar à Corte. A formação de uma torcida da toga — em uma espécie de Fla x Flu — contribuiu para abalar a credibilidade institucional sobre o Judiciário. O Supremo não é um clube de amigos, tampouco uma arena de enfrentamento de grupos.

Sujeito oculto

Mais grave, ainda, são as supostas articulações para impedir a chegada de um novo integrante, supostamente motivada por preocupações com o escândalo Master ou com a guerra surda entre ministros da Suprema Corte. Se tais movimentos existiram, apenas enfraquecem a respeitabilidade do STF.

Voz da sociedade

O desfecho do caso Messias poderia ter sido diferente se o presidente Lula tivesse ouvido as manifestações da sociedade civil de indicar uma mulher negra ao STF. Ao escolher um aliado próximo, Lula preferiu seguir o instinto político. A decisão teve consequência amarga. A partidização da Justiça tem um preço, e ele foi pago por Messias.

Amigos da hora

Nas redes sociais, o pré-candidato José Roberto Arruda parabenizou o senador Flávio Bolsonaro pelo aniversário de 45 anos, comemorado no último dia 30. “Que Deus continue abençoando sua caminhada”, escreveu Arruda. A saudação do postulante ao Buriú é um contraponto a Celina Leão, que é muito próxima de Michelle Bolsonaro.

Tempos nada republicanos

O fracasso da indicação de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal e a derrubada do veto presidencial ao PL da Dosimetria escancaram o distanciamento das instituições do republicanismo. Os dois episódios explicitam o imediatismo e os interesses particulares que prevaleceram no processo que define a composição da mais alta Corte de Justiça do país, bem como na invalidação das punições àqueles que puseram a democracia brasileira em risco entre 2022 e 2023.

A derrota de Messias se deve, entre outros motivos, à decisão do presidente Lula de escolher pessoas da estrita confiança — como o ex-advogado particular e seus ministros de governo — para ocupar a mais alta instância da Justiça brasileira. Há muito já se falava do problema de nomear indicados suspeitos de parcialidade e fazer do Supremo uma extensão do Palácio do Planalto.

Em relação ao Legislativo, ficou evidente como o presidente do Senado interferiu diretamente nos dois processos. No caso de Messias, trabalhou incansavelmente para derrubar a escolha de Lula, apenas porque seu dileto havia sido preterido. Quanto



à dosimetria, Alcolumbre atendeu a uma reivindicação do Centrão e da direita, com vistas à reeleição como presidente do Senado, em 2027.

Como se vê, o respeito ao rito constitucional e à harmonia entre Poderes foram solenemente ignorados nos últimos acontecimentos. E assim continuará até a eleição.

De olho na Europa

Ao comentar o início do acordo entre Mercosul e União Europeia, o vice-presidente Geraldo Alckmin destacou a oportunidade de geração de emprego no país. Ele acredita que a entrada de produtos brasileiros no mercado europeu — citou frutas, carnes, produtos químicos e máquinas — representará novos negócios para os exportadores.

País menos violento

O governo federal comemorou a redução do número de assassinatos e de latrocínios no Brasil. Segundo dados divulgados pelo Ministério da Justiça, os homicídios dolosos caíram 42% nos últimos 10 anos, de um total de 12.719 casos em 2016 para 7.289 em 2026 na comparação entre os períodos de janeiro a março.

Na medida

O levantamento do Ministério da Justiça faz uma análise que é um prato cheio para a campanha eleitoral. Compara os períodos de 2019 a 2022, sob gestão do ex-presidente Jair Bolsonaro, e de 2023 a 2026. Nesse recorte, os homicídios dolosos caíram 16,2%, passando de 41.485 para 34.758 casos.

CVM na mira

Na próxima segunda-feira, o ministro Flávio Dino conduzirá uma audiência pública sobre a capacidade fiscalizadora da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O papel da autarquia tem sido questionado após o escândalo Master. No mercado financeiro, há muito já se comentavam as atividades de Daniel Vercaro, antes de a Polícia Federal se debruçar sobre o esquema que já soma mais de R\$ 50 bilhões de prejuízos.

PODERES

Lula pede para Messias ficar

Destino do AGU será definido na próxima semana pelo presidente, que estuda a possibilidade de nomeá-lo ministro da Justiça

» RENATO SOUZA

Após a rejeição histórica para uma vaga no Supremo Tribunal Federal (STF), o futuro do advogado-geral da União, Jorge Messias, será definido na próxima semana. De acordo com interlocutores da presidência da República, o jurista e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva vão se reunir, na próxima semana, no Palácio do Planalto, para discutir a situação. Alguns aliados do chefe do Executivo têm defendido que a permanência do AGU no cargo ficou insustentável.

A avaliação ocorre por conta do contexto da rejeição dele no Senado. Nos bastidores do Supremo, corre que ministros da Corte, especialmente Alexandre de Moraes, atuaram na articulação para que ele fosse barrado pelos congressistas. Isso teria ocorrido em razão da proximidade dele com o ministro André Mendonça, relator do caso envolvendo o Banco Master e fraudes bilionárias. A rejeição teria sido articulada em razão da possibilidade de que Messias reforçasse o grupo de Mendonça e colocasse adiante investigações aprofundadas sobre o caso, que poderia respingar em Moraes e no ministro Dias Toffoli, que mantém algum tipo de proximidade com Daniel Vercaro, dono do Master, preso na Superintendência da Polícia Federal, em Brasília.

Fontes ouvidas pelo **Correio** apontam que Messias ficou profundamente abalado com a votação no Senado e decidiu sair do governo. No entanto, foi convencido por nomes próximos ao presidente para continuar no cargo. Ele foi informado de que essa é uma vontade do próprio presidente, que tem planos para ele.

A decisão de deixar os quadros do Poder Executivo, tomada por Messias, perdeu força nos últimos dias, e a tendência é que ele permaneça no posto em que está. Mas tudo vai depender dos rumos da conversa que ocorrerá no começo da semana que vem.

Ministério da Justiça

Uma das possibilidades ventiladas é a de que Jorge Messias seja movido para o Ministério da Justiça. Essa seria uma resposta do presidente Lula para quem articulou contra a escolha feita por ele. No comando da pasta, Messias daria total liberdade para que investigadores da Polícia Federal avançassem sobre o caso Master, independentemente de envolver autoridades do alto escalão do Judiciário, do Legislativo ou do próprio governo. A indicação não seria para realizar qualquer intervenção no trabalho policial, de acordo com fontes ouvidas pela reportagem, mas, sim, para dar fôlego e equipar mais a corporação.

Apesar da possibilidade, Jorge Messias está inclinado a não aceitar ofertas desse tipo. A decisão é para evitar novas turbulências em sua vida pessoal e política, tendo em vista que ele, até o último momento, acreditava que iria convencer a maioria dos senadores a autorizar seu ingresso na Suprema Corte.

O presidente Lula ainda pretende consultar alguns membros do governo, neste fim de semana, antes de tomar uma posição definitiva sobre o futuro do AGU. A rejeição dele pelos senadores cria situações embaraçosas não só com o Legislativo, mas também com o Judiciário, Poder com o qual o presidente mantém proximidade desde que foi eleito.

Ed Alves CB/DA Press.



Abalado com a rejeição de seu nome para assumir uma vaga no STF, Messias estuda permanência no governo

» Agradecimento aos senadores

Em sua conta na rede social X, Jorge Messias fez um agradecimento público ao líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), ao presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, Otto Alencar (PSD-BA), e aos 32 senadores “que me apoiaram incondicionalmente ao longo deste processo”. “Que Deus os abençoe grandemente e multiplique em bênçãos todo o carinho dedicado a mim”, escreveu o advogado-geral da União. Após ter seu nome rejeitado pelo Senado para assumir uma vaga no Supremo Tribunal Federal, Messias também agradeceu o apoio do ministro André Mendonça.

PT e PL cobram CPI do Master

» WAL LIMA

A possibilidade de que o presidente do Senado, senador Davi Alcolumbre (UB-AP), não pautar a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as fraudes no Banco Master ganhou força após a rejeição do nome do advogado-geral da União, Jorge Messias, para assumir uma cadeira no Supremo Tribunal Federal. Com a derrota da indicação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ampla margem de votos, governistas apontaram a existência de um acordo político envolvendo Alcolumbre, bolsonaristas e lideranças do Centrão para viabilizar a derrubada do veto presidencial

ao Projeto de Lei da Dosimetria em troca do congelamento dos pedidos de abertura de CPI.

Durante os debates em plenário, na quinta-feira, Alcolumbre foi alvo de cobranças públicas para destravar a instalação da CPI do Master, que já reúne assinaturas suficientes para sua instalação, mas permanece sem despacho formal para avançar. As investigações da Polícia Federal mostram que as ramificações do banco envolvem o grupo político de Alcolumbre no Amapá. A Amapá Previdência (Amprev), presidida por Jocildo Lemos — nome apontado nos bastidores políticos como indicação ligada ao presidente do Senado — tornou-se alvo da apuração por ter

feito investimentos milionários em operações relacionadas ao universo do Banco Master, mesmo diante de alertas internos sobre o grau de risco dessas aplicações.

As conexões de personagens ligados ao Master com o financiamento das campanhas de Jair Bolsonaro à Presidência e de Tarcísio de Freitas ao governo de São Paulo também passaram a ser exploradas por governistas para sustentar que setores da direita teriam interesse em esfriar as apurações.

Pressão

A deputada federal Gleisi Hoffmann (PT-PR) chegou a afirmar que a votação do PL da Dosimetria

“coroa um acordo feito”, reunindo, segundo ela, interesses “políticos, eleitorais, financeiros e de impunidade”. Em seguida, desafiou publicamente o presidente do Congresso: “Instale a CPMI do Master. Nós não temos medo de discutir esse caso aqui dentro”.

O oposição reagiu aos ataques. Ontem, em nota, o líder oposicionista Cabo Gilberto Silva (PL-PB) negou qualquer entendimento político. “Não houve acordo. Não houve negociação. E, principalmente, não haverá recuo”, afirmou. Ele reforça que a CPI do Banco Master seguirá sendo defendida pela oposição, e classifica a comissão como “uma necessidade do país” diante da gravidade do caso.